

## O SILÊNCIO COMO METÁFORA

Sandra Maria Rickmann Lobato

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A ação humana sobre as pragas remete enquanto registro histórico, à Grécia Antiga e ao Império Romano, quando os arsenicais e o enxofre, substâncias de natureza inorgânica, eram utilizadas como pesticidas, sendo, porém, o uso sistemático destas, como agrotóxicos, efetivado apenas a partir do século XVII.<sup>1</sup>

No Brasil, os agrotóxicos tiveram seu uso inicialmente vinculado a Programas de Saúde Pública, objetivando o combate de vetores e o controle de parasitas, só tendo sua utilização vinculada à agricultura, por volta dos anos 60. Em 1975, efetivou-se a abertura do Brasil ao comércio dos agrotóxicos, através do Plano Nacional de Desenvolvimento, engendrado pelo governo militar e do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas - PNDA. A aquisição dos agrotóxicos era condicionada aos recursos do crédito rural, com a inclusão de uma cota contingenciada ao montante do financiamento. O Estado como incentivador através de um processo político orientado pelo princípio da modernização da economia nacional.

Em razão da obrigatoriedade da aquisição instituída por ocasião da liberação dos recursos, a política de importação brasileira oportunizou a entrada dos produtos de grandes indústrias químicas multinacionais, inclusive com a implantação de algumas destas indústrias nos parques industriais do sul e do sudeste na década de 70. Aliada ainda à maciça propaganda dos fabricantes, intensificou-se o uso dos agrotóxicos na época, com repercussão na atualidade, tornando o Brasil um dos maiores consumidores em nível mundial, ressaltando-se que muitos destes, consumidos no país, enfrentam proibição de utilização nos países onde são fabricados.

---

<sup>1</sup> As informações sobre o histórico da utilização dos agrotóxicos encontram-se referenciadas na Dissertação de Mestrado intitulada “É Veneno é Remédio? Os Desafios da Comunicação Rural sobre Agrotóxicos” de autoria de Frederico Peres, defendida na Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ

Dados de 1988 da Organização Pan-americana de Saúde – OPAS referem à produção no Brasil de 150.000 toneladas de agrotóxicos, representando em termos de faturamento a partir da venda cerca de 700 milhões de dólares, sendo que em 1990, a estimativa é de que as vendas tenham atingido um bilhão de dólares. No que se refere ao controle do uso e da comercialização dos agrotóxicos, existe a Lei Federal nº 7.802, datada de 11 de julho de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 98.816, delegando a fiscalização aos Estados. Embora seja obrigatório, por lei, o receituário agrônomo, raramente é utilizado.

Enquanto risco de contaminação ambiental, a situação é potencialmente alarmante em função da possibilidade dos resíduos dos agrotóxicos aplicados nas lavouras alcançarem as fontes e os cursos de água, atingindo inclusive os lençóis freáticos. Kubota (2000), alerta para o fato de que a contaminação pode ser observada no solo e no subsolo visto que, quando excluídos 30 a 40 cm. do solo para agricultura é possível encontrar resíduos dos agrotóxicos, podendo estes se manter por um longo tempo, caracterizando um risco significativo para a qualidade das reservas naturais de água.

A grande maioria dos agrotóxicos não é seletivamente específico em relação aos seus organismos alvo, envolvendo em seus efeitos outros seres vivos inclusive o homem. Junto com os alvos aos quais foram destinados, se multiplicam as espécies ameaçadas, desestruturando cadeias alimentares da maior importância para o ecossistema envolvido.

A Organização Mundial de Saúde - OMS., em relatório datado de 1990 estima que em nível mundial, ocorram anualmente, em torno de três milhões de episódios agudos de intoxicação por agrotóxicos, sendo que 220 mil evoluem para óbito. Deste montante, cerca de 70% acontecem nos países em desenvolvimento. O relatório em questão, menciona ainda a contaminação de alimentos como fator desencadeante de um grande número de intoxicações e mortes. Além da exposição ocupacional e alimentar, a contaminação ambiental torna outros grupos populacionais alvo da situação de risco, particularmente as famílias dos agricultores.

Segundo a Organização Pan-americana de Saúde – OPAS, 1996, o Brasil não dispõe de dados que reflitam a realidade das intoxicações e mortes por agrotóxicos, inclusive com situação de sub-notificação em muitos municípios brasileiros. O Ministério

da Saúde estima que para cada episódio de intoxicação por agrotóxicos registrado, outros 50 não são notificados. Porém, a constatação de que o país é um dos maiores consumidores do mundo e ainda que os requisitos básicos de segurança para armazenamento, manipulação e aplicação não são integralmente cumpridos possibilita a inferência acerca da existência e relevância do problema.

De acordo com o Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos da OPAS / OMS, em 1996, foram notificados pelos Serviços de Informações Toxicológicas ao Ministério da Saúde, 6.193 casos de intoxicações por pesticidas agrícolas, domésticos e raticidas, número considerado alarmante pelos referidos organismos internacionais, tendo inclusive sido detectada a presença de agrotóxicos no leite materno, bem como, a ocorrência de anomalias congênitas relacionadas ao uso de agrotóxicos, ressaltando ser este tipo de intoxicação um problema de saúde pública, envolvendo tanto os trabalhadores rurais como a população em geral.

Apesar da dificuldade na coleta dos dados e a conseqüente sub-notificação, o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas - SINITOX possui registros desde 1997. Os registros, porém, não discriminam se os dados referem-se a intoxicações agudas ou crônicas, sendo possível inferir que a grande maioria são episódios agudos, face à ausência de registros oficiais que assinalem o acompanhamento dos efeitos tardios provocados pelos agrotóxicos.

## 2. OS AGROTÓXICOS E A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

### RURAL: ESTUDOS BRASILEIROS

No Brasil existem poucos estudos sobre a saúde mental do trabalhador rural, embora profissionais de saúde e de extensão rural, considerem freqüente esta morbidade entre os agricultores. Machado (1997) citado por Levigard (2001) remetendo-se a sub-notificação das ocorrências dos acidentes de trabalho no meio rural inclusive no caso das intoxicações por agrotóxicos e suas conseqüências considera que seja pertinente “a suposição da existência de epidemias submersas na incompetência institucional”.

Rozemberg (1994), em um dos raros estudos sobre o tema na zona rural, teve como achado em 30% das famílias entrevistadas, que algum de seus membros “sofria de problema dos nervos”, e destes, 88% usava medicação psiquiátrica. De acordo com Faria,

Faccini, Fassa e Tomasi (1999), estudos em populações urbanas a partir dos 15 anos encontraram prevalência elevada de problemas psiquiátricos, reafirmando a importância da doença mental enquanto problema de saúde coletiva.

Os autores supra mencionados realizaram um estudo de base populacional entre 1.282 agricultores dos municípios de Antônio Prado e Ipê na Serra Gaúcha, região caracterizada pelo predomínio de pequenas propriedades e pela estrutura familiar de produção, com o objetivo de analisar as relações entre trabalho e saúde mental. Entre os resultados encontraram em cerca de 95% dos estabelecimentos a referência do uso de agrotóxicos. Encontraram cerca de 38% com prováveis transtornos psiquiátricos menores, dos quais 19% haviam usado medicação psiquiátrica e 5% haviam sido hospitalizados por problemas psíquicos em algum momento da vida.

A ocorrência de intoxicações agudas por agrotóxicos esteve fortemente associada com transtornos psiquiátricos menores, porém os autores referem que de acordo com o controle de qualidade utilizado na pesquisa, provavelmente houve sub-registro do uso de agrotóxicos, tendo, porém, o viés de memória quanto aos tipos de exposição química, sido atenuado pelo oferecimento de uma lista dos produtos químicos de consumo mais comuns. Esta relação entre o uso geral do agrotóxico e a presença de transtornos psiquiátricos menores, embora existam indícios de um efeito negativo, não se encontra suficientemente explicitada.

O estabelecimento de conclusões definitivas sobre esta questão tem sido dificultado pela escassez de dados acerca de discriminações químicas específicas, formulações e formas de utilização do agrotóxico pelo trabalhador rural, bem como, a complexidade desta exposição, fatos que contra indicam a simplificação no entendimento da situação de exposição, pois todos em maior ou menor grau estão expostos a tais substâncias.

Tomando como referência ainda a pesquisa acima mencionada a intoxicação por agrotóxicos apresentou associação significativa com transtornos psiquiátricos menores nas situações de intoxicação aguda e uso de medicação psiquiátrica reforçando o resultado anterior. Conforme os estudos de Mearns, Dunnz e Lees-Haley (1994), pessoas que tiveram intoxicações agudas, moderadas e graves por organofosforados apresentam seqüelas

neuropsicológicas persistentes. Porém, ainda são escassas as evidências conclusivas sobre efeitos psicológicos em longo prazo a partir de exposições crônicas aos pesticidas.

Os achados supra mencionados que apontam para uma forte associação entre intoxicação aguda por agrotóxicos e morbidade psiquiátrica são indicativos da necessidade de novos estudos, justificando a abordagem conjunta de ambos os problemas pelos serviços públicos de saúde, bem como, a atuação preventiva no que tange aos cuidados com o uso das substâncias químicas em questão.

No que tange a intoxicação crônica, inerente às situações de exposição prolongada, mesmo que reduzida, aos organofosforados, os agricultores referem sentir ansiedade, tensão, alterações na relação sono-vigília, dificuldade de concentração e memorização, apatia, podendo eventualmente estes elementos conduzir ao suicídio.

No município de Nova Friburgo, Levigard (2001), em pesquisa realizada junto aos profissionais de saúde integrantes do Programa de Saúde da Família, com o objetivo de verificar a partir de queixas de “nervoso” dos agricultores do referido município à correlação destas com o uso sistemático dos agrotóxicos, encontrou uma significativa similaridade entre a sintomatologia apresentada pelos mesmos e os sintomas apresentados nas situações de intoxicação por agrotóxicos descritas pelas pesquisas correlatas. Sendo tal relação referendada pela maioria dos profissionais entrevistados, que relacionavam com frequência, as queixas de nervoso em trabalhadores rurais com a exposição sem controle dos mesmos aos agrotóxicos.

Ainda de acordo com Levigard (2001), os estudos de Rozemberg (1994) e Duarte (1998), possibilitam estabelecer uma relevante semelhança entre os sinais e sintomas descritos como “nervoso” com os referentes às intoxicações por agrotóxicos descritos tanto no trabalho de Castro (1999), como no Manual OPAS/OMS (1996). No que tange aos aspectos relacionados a cronicidade, Possas e Trapé (1993), consideram que os casos crônicos são os que mais demandam os serviços médicos, embora venham travestidos de uma sintomatologia vaga como cefaléia, mal estar geral e incômodos gástricos que são em um primeiro momento tratados de forma genérica e em sua reincidência frequente passam a ser vistos como vinculados a queixas psíquicas. Tais dificuldades de diagnóstico diferencial adequado se estabelecem a partir do desconhecimento que a grande maioria dos

profissionais de saúde tem dos efeitos produzidos pelos agrotóxicos no organismo humano, principalmente quando o uso é prolongado e os efeitos se tornam crônicos.

Importante mencionar ainda que continuam a ser usadas no Brasil, inclusive no Estado do Pará, substâncias proibidas em outros países como o asbeto, o formicida dodecacloro, o fungicida captan, o herbicida paraquat, simultaneamente a outras que vem sendo incorporadas sob o rótulo de transferência de tecnologia, sem uma avaliação dos impactos a partir de seu uso.

### 3. UM FRAGMENTO DO USO DOS AGRATÓXICOS NA AMAZÔNIA: O MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-AÇU-PA

Na Amazônia, mais particularmente no Estado do Pará, a utilização de agrotóxicos vem se consolidando como prática nos últimos 20 anos e se intensificando na última década, sendo o uso predominante, no que concerne ao município de Igarapé-Açu, de produtos de médio e alto risco de intoxicação. Esta inserção provavelmente trouxe mudanças no padrão de morbidade não registradas ainda pela dificuldade de compilação dos dados sobre o padrão nosológico da região.

É possível referir informações sobre o uso dos agrotóxicos no Estado a partir de pesquisas que vem sendo realizadas sobre a agricultura na região, como a de Carvalho (2000), que detectou que a partir da re-configuração da agricultura no município de Igarapé-Açu, com o aumento das lavouras permanentes na região, mais especificamente no que se refere às lavouras do maracujá e da pimenta-do-reino, houve um significativo aumento no uso dos agrotóxicos pelos agricultores.

Outra fonte de informações acerca do uso dos agrotóxicos no município imediatamente supra mencionado são os dados de pesquisa realizada por Amaral (2002), que constatou que em um grupo de 24 pequenos produtores, 21 fazem uso de algum ou de mais de um tipo de agrotóxico, quando no cultivo do maracujá e /ou da pimenta, com um tempo de uso variando predominantemente entre cinco e 20 anos. Quanto às alterações na saúde dos mesmos, os sintomas mais frequentemente citados foram: dor de cabeça, vômito, tontura, diarreia, febre, tosse, pele avermelhada e problemas na visão.

Entendendo ser esta uma questão de saúde pública da maior importância, este trabalho é parte de um projeto maior de colocar a pesquisa em defesa da vida, insere-se na interface das áreas de saúde pública e saúde ocupacional, mais especificamente, saúde mental de agricultores a partir da situação de exposição sistemática destes aos agrotóxicos usados nas lavouras. A pesquisa aqui parcialmente relatada, foi desenvolvida no ramal do Cumaru, no município de Igarapé-Açu, no Estado do Pará.

A investigação em questão objetivou ainda, traçar o perfil de morbidade, bem como, o regime de uso e de exposição, evidenciando os agrotóxicos utilizados, relacionando-os com a composição química e a cronologia do uso. Investigou-se ainda a percepção destes acerca dos riscos aos quais estão submetidos a partir do uso destas substâncias em sua prática laboral. Realizou-se ainda o levantamento acerca das redes de relação laboral, a satisfação destes com o próprio trabalho e as razões que permeiam a permanência destes no trabalho agrícola.

Partiu-se da premissa que os conceitos de trabalho e saúde se entrelaçam, entendendo-se que saúde se configura em um contínuo processo de vir a ser, a partir das múltiplas instâncias, contextos e acontecimentos que permeiam a vida do indivíduo desde o momento da concepção até a morte. Um tecido vivo que se tece nas entrelinhas do processo de construção da existência, perpassado concomitantemente pela dor e pelo prazer, pela segurança e pelo risco.

Muito mais do que a ausência de doença, muito menos que contínuo bem estar, o processo saúde / doença se insere de forma singular na vida de cada indivíduo que compartilha com a coletividade eventos que adoecem, porém, que se expressam de forma única a partir dos co-fatores que se inserem na biografia de cada um, agravando ou minimizando os efeitos dos riscos compartilhados com a coletividade.

Se a saúde é trajetória, o trabalho é um evento que se coloca para homens e mulheres de forma diferenciada na composição desta trajetória, como meio de (manter a) vida e como meio de (chegar a) morte, este toma um caráter estruturante, faz parte da formação da identidade e da subjetividade, identifica ao mesmo tempo que distingue os indivíduos entre si, se configurando em uma categoria analítica da maior importância, repleta de significados que vão se transformando histórica e culturalmente em um contínuo

processo de mudança social. No caso dos agricultores em foco, muitos deles, pequenos produtores, a trajetória de vida familiar confunde-se com a trajetória de trabalho, espaços que confluem e se legitimam entre si.

Nesta história que entrelaça contextos, a forma como o trabalho acontece concreta e subjetivamente, vai ser determinada por modelos econômicos e de desenvolvimento, que vão a partir de idéias e tarefas prescritas nas condições em que acontece o trabalho, caracterizar o perfil de risco que subjaz a tarefa. Assim o foi com os agrotóxicos, chegando até a família camponesa na Amazônia, como mais um elemento de agressão ao ambiente, ameaçando a biodiversidade, a sustentabilidade da agricultura, a saúde dos que dela se ocupam e dos que dela se alimentam.

Mudaram as estratégias de lidar com as pragas em complexas formas biotecnologicamente forjadas nos laboratórios e o ambiente passou a ser entendido como uma categoria de custos sociais transitórios, garantindo uma economia de decolagem. Aos agricultores tem se colocado novas pragas cada vez mais resistentes e problemas de saúde / doença cada vez mais complexos, atingindo a qualidade e o prazer possíveis no trabalho e na existência. Transformaram-se os modelos econômicos, os planos de desenvolvimento, transformou-se o trabalho, transformou-se a tarefa, transformaram-se humores induzidos por substâncias que o organismo percebe como risco. Transformou-se a existência.

A pesquisa teve como foco, entender esta transformação, no agricultor, tomando como ferramentas teóricas principais os conceitos de trabalho, saúde e ambiente, em um contexto de modernização da agricultura, tendo como alvo à saúde do trabalhador a partir dos impactos causados pelos agrotóxicos a partir do uso comprovado como intenso e de riscos elevados.

Partiu-se da hipótese de que os agricultores do município de Igarapé-Açu, a partir da re-configuração da agricultura no município, com a intensificação das culturas permanentes, com as mudanças tecnológicas inseridas em suas práticas agrícolas e em suas relações de trabalho, encontram-se em situação de risco ocupacional, com incidência de intoxicação crônica mediante situação de exposição prolongada a compostos agrotóxicos. Considerou-se ainda que existe uma associação entre a intoxicação crônica a qual estão

submetidos estes agricultores e a incidência de sintomas de ansiedade e/ou depressão, sendo estes nomeados como “nervoso” ou “problema dos nervos” pelos agricultores.

Foi considerado ainda como hipótese o fato de que os agricultores conhecem parte dos riscos inerentes ao uso dos agrotóxicos sobre sua saúde e sobre o ambiente, mas os relativizam, não relacionando o uso de agrotóxicos aos sintomas de “nervoso” apresentados por eles.

O universo da pesquisa constituiu-se de 20 agricultores que atuavam no município de Igarapé-Açu nas lavouras de maracujá e/ou pimenta do reino, bem como, suas famílias. O termo agricultor está sendo utilizado para designar tanto o pequeno produtor que tem na família, a força de trabalho única ou predominante, como, o trabalhador assalariado. O critério de inserção no grupo foi à exposição ocupacional aos agrotóxicos, tendo sido o marcador de tempo mínimo de exposição, cinco anos, sendo gênero e faixa etária considerados como relevantes, ao lado da intensidade no que se refere à quantidade e frequência de uso. Neste artigo relaciona-se apenas os resultados no que concerne ao perfil do risco e a percepção dos agricultores acerca deste.

#### 4. PERFIL DO RISCO

Os dados coletados quanto à dinâmica de manipulação e uso dos agrotóxicos, referenciaram que a orientação quanto à escolha do produto, a quantidade a ser utilizada e a forma é especificada no momento da compra conforme a orientação do vendedor ou a partir da experiência de outros agricultores que já utilizam a mais tempo os produtos em questão, existindo uma frequente troca de informações entre os mesmos. A maioria aprendeu com a própria experiência, nunca tendo recebido nenhuma orientação técnica. Os que a receberam, foi de técnicos da EMATER e não necessariamente acerca do uso dos agrotóxicos. Compram os produtos em pequena quantidade, quase toda semana.

A média de frequência de utilização é 2 vezes por semana, sendo que são utilizados entre dois a três produtos constantemente, de quatro categorias distintas: os inseticidas, os fungicidas, os acaricidas e os herbicidas. A diluição é feita com um pedaço de madeira ou ferro, a água utilizada é do igarapé ou do poço mais próximo à área onde irá ocorrer a pulverização, sendo a bomba e o frasco, algumas vezes, após o uso, lavados no próprio igarapé ou em local próximo ao poço, muitas vezes ao lado da casa. Guardam os

restos do produto, sem a menor segurança, no que se refere ao acesso das crianças, sendo apenas avisado as mesmas que é “veneno e mata”. Quando o recipiente esvazia, é jogado fora em local não previamente determinado, ou ainda é enterrado em local longe da casa. Quando é reaproveitado após lavagem, considerada pelos agricultores como cuidadosa, sua finalidade é guardar a água que é levada para o roçado.

A pulverização é uma tarefa predominantemente masculina, embora não restrita aos homens adultos, estando alguns adolescentes sendo iniciados neste trabalho. A tarefa de pulverizar é realizada em média duas vezes por semana com produtos diferenciados, no mínimo durante 7 meses do ano e em muitos casos, ao longo de todo o ano. É realizada preferencialmente no horário da manhã, entre 7 e 9 horas, a fim de evitar a chuva, porém quando amanhece chovendo, esperam passar a chuva, secar as folhas, para então pulverizar e não perder o produto, o que implica na realização do procedimento, algumas vezes, em horário completamente inadequado.

Não utilizam nenhum equipamento de proteção individual e embora saibam que a pulverização deve ser feita a favor do vento, nem sempre o fazem desta maneira. Com frequência utilizam a camiseta como máscara e eventualmente se estiverem com algum problema de pele (coceira ocasionada pelo próprio uso do agrotóxico), utilizam camisa de manga comprida ou um pano envolvendo o braço.

Os agricultores relataram ainda a impossibilidade de manter as lavouras de maracujá, pimenta e hortaliças sem o uso dos agrotóxicos, visto que, as pragas as atacam constantemente, embora tal procedimento aumente em muito os custos, diminuindo a margem de lucro que, segundo o relato dos mesmos, é muito pequena. Tornaram-se reféns da tecnologia e do desequilíbrio ecológico instituído, em um círculo perverso para o qual não vislumbram saídas.

O discurso sobre a necessidade dos agrotóxicos vem permeado pela contradição de como nomeá-lo, se como veneno ou como remédio, sendo os dois termos utilizados em alguns momentos como sinônimos, tendo inclusive em um dos relatos, o entrevistado, feito uma comparação com os remédios que “as pessoas e os bichos tomam” que “curam” uma “doença” e causam outra.

Os dados acerca da utilização apresentam uma certa imprecisão, pois os agricultores têm dificuldade de relatar exatamente como procedem, pois variáveis como valor do produto, disponibilidade de recursos e momento de ocorrência das pragas se entrelaçam, de tal sorte que múltiplos ajustes se configuram não existindo uma rígida rotina de aplicação de um determinado produto. Eles são utilizados alternadamente, conforme preço e necessidade da lavoura. Porém, a continuidade do uso e a ausência de proteção por ocasião das diversas etapas de manipulação e aplicação são fatos concretos relatados e observados.

É possível configurar mesmo que com a imprecisão do relato, uma cartografia do risco a partir da delimitação das etapas do processo de trabalho que envolve o uso do agrotóxico:

### **1ª Etapa: Escolha e aquisição do produto**

A escolha do produto e a aquisição se dão em uma das lojas no centro de Igarapé-Açu mediante sugestão de outro agricultor ou do vendedor nas primeiras vezes ou quando aparece um novo problema. A indicação é feita a partir das informações que são trazidas pelo agricultor sobre o problema que está enfrentando e as características da plantação. A compra é realizada em pequena quantidade nem sempre paga a vista, sendo que alguns dos agricultores mantêm um sistema semelhante ao de aviamento. O critério de escolha muitas vezes é o preço. **Há o risco de comprar um produto inadequado ou desnecessário.**

### **2ª Etapa: Transporte do produto da loja para a casa ou para o depósito onde fica armazenado**

Quase sempre este transporte é feito de bicicleta ou motocicleta, nem sempre nas melhores condições de acondicionamento do produto.

### **3ª Etapa: Armazenamento**

Os agrotóxicos ficam armazenados em depósitos próximos às casas, quase sempre estes são só uma cobertura, sem as paredes ou porta, ficando abertos e os produtos expostos. Algumas vezes são guardados dentro de casa em razão da possibilidade de roubo

ou por conta de inexistir o espaço do depósito. **Há o risco do produto ter a sua eficácia diminuída em razão da exposição ao sol e ao calor, bem como, as mudanças de temperatura. Risco maior ainda se coloca a partir da possibilidade de manipulação por parte das crianças que transitam livremente por este espaço, embora sejam recomendadas quanto ao perigo.**

#### **4ª Etapa: Preparo / Diluição**

A diluição se dá utilizando água do poço ou do Igarapé mais próximo, utilizando pedaços de pau ou ferro para fazê-la ao mesmo tempo em que o procedimento é ajudado pelas mãos sem luvas. **Há o risco de restos do produto ou da diluição atingirem o solo contaminando-o e ainda o contato direto da pele com o produto sem nenhuma proteção, bem como, a inalação.**

#### **5ª Etapa: Pulverização**

É realizada na maioria das vezes com o pulverizador costal em uma proporção de 3 litros para cada 10 metros lineares. É realizada em média 2 vezes por semana, no horário entre 7 e 9 da manhã, procurando fazer o procedimento a favor do vento. **Há o risco direto de contaminação, pois é realizada sem equipamentos de proteção individual, algumas vezes em horário inadequado, dependendo da chuva e em algumas situações contra o vento facilitando a contaminação pelas vias respiratórias e pela pele. É a situação que acumula o maior número de riscos.**

**6ª Etapa: Descarte do resíduo, lavagem do pulverizador e armazenamento do mesmo.**

O resíduo que fica no pulverizador é descartado no solo ou no próprio igarapé onde é lavado o mesmo. Após a lavagem, este é armazenado no depósito próximo a casa, na casa de farinha ou na própria moradia. **Há risco de contaminação do solo e conseqüentemente dos lençóis freáticos e / ou igarapés, da água que é ingerida e utilizada para todas as necessidades domésticas e ainda o contato com os resíduos e a pele.**

### **5. PERCEPÇÃO SOBRE O RISCO, NO TRABALHO...NA VIDA**

A percepção dos agrotóxicos como um risco ocupacional corporificado através de seu uso freqüente, um elemento do trabalho que pode adoecê-los e até levá-los a morte é percebido de forma defensiva. Não podem negar, em razão dos casos que já presenciaram na comunidade ou souberam através de terceiros que aconteceram em outras colônias, porém os justificam pela inexperiência ou inabilidade de quem estava pulverizando, pela idade, por outras doenças anteriores que os vitimizados já haviam sido acometidos ou por fraqueza dos mesmos. Fazem questão de reafirmar os tantos que usam e nada sentem. Porém, ao falarem de seus próprios sintomas, acabam falando do medo de ficar doente e não poder continuar trabalhando. Os relatos coletados através das entrevistas de avaliação psicológica, corroboram esta afirmação.

Se tomarmos como referência estes relatos, alguns indícios expressos em sintomas e sinais, confirmam a hipótese de que a situação de exposição a qual estão submetidos se reveste do caráter de cronicidade, como por exemplo: as dermatites de contato presentes em quase todos os relatos que aparecem na forma de “alergia”, “comichão”, “coceira”, “vermelhidão” e “ardume”, as “dores de cabeça”, o “cansaço”, a “fraqueza”, a “tontura”, o “nervoso” e a irritabilidade expressa no incômodo com o barulho, a sensibilidade diante dos odores, os “problemas de vista”, a depressão acentuada de difícil inferência pela falta de dados. Fatos que revelaram ao mesmo tempo em que foram em algumas situações cuidadosamente “escondidos” pela banalização com que foram enunciados, em uma tentativa de ao negar se proteger da tragédia parcialmente percebida.

Contam com escassos recursos de saúde no município, ao lado de uma situação de exclusão *a priori*, face a dificuldade de acesso aos serviços, que não os acolhem adequadamente, não garantindo nenhum programa ou ação voltada para prevenir ou minimizar as seqüelas das intoxicações agudas, que quando ocorrem, dependendo do nível de gravidade são encaminhadas para a capital, os casos mais simples, quando detectados, são tratados no Hospital no que se refere a sintomatologia apresentada sem configurar em nenhum tipo de registro diferenciado que possa gerar dados que oportunizem intervenções futuras na forma de um programa voltado para este grupo populacional tão importante no município.

Os dados referentes ao tempo de utilização dos agrotóxicos, a frequência do uso, a ausência de equipamentos de proteção adequada por ocasião da manipulação nas diversas etapas do manuseio, permitem inferir acerca da possibilidade destes agricultores estarem vivenciando situação de intoxicação crônica, que se expressa de forma diferenciada, através de sintomas e sinais, na grande maioria das vezes, não relacionados pelos mesmos com o uso dos agrotóxicos. A grande maioria, assumiu os lotes nas décadas de 70, 80 e 90. Principalmente os que os assumiram nas décadas de 80 e 90, (quando a modernização da agricultura, com a entrada insidiosa dos insumos químicos na Amazônia e a adoção de culturas permanentes como estratégia de avanço, era colocada em prática na região), foram influenciados em suas escolhas e estratégias de trabalho na terra, no que se refere à adoção das lavouras permanentes e do uso dos agrotóxicos.

## 6. BREVES REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS...

A forma como o trabalho se processa, estrutura a subjetividade e a identidade, a percepção do homem sobre si mesmo e sobre o lugar que ele reconhece como seu e ocupa na cena social, em uma dialética de inclusão e exclusão que tece a sua prática. O trabalho na região passou a se organizar a partir de novas demandas, a relação com a natureza se transformou e passou a ser permeada por uma visão utilitarista.

Assim o foi em Igarapé-Açu, criado enquanto município em 1906, como parte de uma política estadual de colonização da região bragantina, onde a agricultura era o grande projeto para a região, tendo a ferrovia ocupado lugar estratégico como via de escoamento para Belém dos produtos produzidos no município. Na primeira década do século XX, existia uma “vocaçãõ” produtiva e um surto de desenvolvimento constituído do trabalho de migrantes paraenses, imigrantes espanhóis e nordestinos em uma multiplicidade de formas de condução do trabalho agrícola que marcou a região. Até o final da década de 40 esta pujança produtiva vigorou, gerando uma representação social do município como um lócus agrícola e seus habitantes como homens trabalhadores.

Embora a identidade seja espaço de mutação, esta se faz lenta e para serem substituídos elementos desta identidade, é preciso que outros elementos surjam com a mesma força dos que já a delimitam e constituem, e que haja a reverberação do meio social legitimado pelo indivíduo como de seu pertencimento. Apenas em situações de

grandes catástrofes (coletivas e / ou individuais) são capazes de acontecer rápidas e dramáticas mudanças na identidade, a partir de um processo doloroso de se re-localizar para si e para o meio circundante, buscando um novo *locus* de pertença e reconhecimento.

A terra é entendida por eles como o projeto de vida e dos agricultores pesquisados, mesmo os que de lá saíram e tentaram outras terras, outros ofícios, para lá voltaram buscando a realização do sonho, compartilhado por todos, de ser dono da própria terra e gestor do próprio negócio, tendo na autonomia e na ausência de “patrão” elementos de valorização de si mesmo e do trabalho com a lavoura.

As representações sociais da terra e do trabalho validaram as novas estratégias coletivas de enfrentamento e junto com alguns parques e raros financiamentos para poucos, os agrotóxicos entraram em cena no início dos anos 80. Primeiro de forma insidiosa, com um discurso profilático que não revelava seus efeitos e potencialidades salvadoras / destrutivas, para logo depois se tornar recurso sem o qual eles consideram, impossível trabalhar.

Instaurou-se junto com a hegemonia do uso dos agrotóxicos um sentimento de fatalidade em relação as suas condições de trabalho e do risco iminente de contaminação da terra e de si mesmo. O silêncio passa a ser a metáfora dos agrotóxicos. Reféns de uma prática não vista como possível sem o uso destes insumos, muito mais do que acomodação, tal situação é representada simbolicamente como a coragem para enfrentar a adversidade, fazendo com que o indivíduo se fortaleça diante de si e do grupo.

Os riscos e os efeitos deletérios dos agrotóxicos são minimizados ou negados em estratégias defensivas coletivas. Negam o que percebem como impossível de reconstituir enquanto autonomia sobre as próprias ações. Espaço psicossociológico demarcado por universos consensuais, reificados no cotidiano compartilhado.

Através de mediações simbólicas, tornam o objeto estranho em familiar. Em nenhum momento se vêem como mais uma peça de uma engrenagem perversa, que veio na esteira de um processo de modernização do país, consolidado pelos governos militares e referendado pelas propostas neo-liberais de um mundo globalizado (inclusive na sua perversidade).

A diversidade e a compreensão dos desgastes que o ambiente vem sofrendo ocupam parte de suas agendas, mas se configuram em práticas contraditórias, pois herdaram os conhecimentos das estratégias de “corte e queima” e continuam a praticá-las junto às novas gerações, mesmo que tenham dúvidas / certezas sobre sua eficiência e eficácia. A dinâmica do uso da terra instaurada, testa não só a capacidade de resiliência da natureza mas a dos agricultores que resistem ao próprio infortúnio.

São decisões que definem suas formas de organização produtiva e de reprodução social, na busca de alcançar as demandas mais íntimas de um grupo de indivíduos que se movem em direção da vida que acreditam que merecem ter, sonhos que carregam para as gerações futuras, que sem o perceberem já são abortados precocemente pelos agrotóxicos. As gerações que tem seus efeitos cumulativos experienciados aos 50, 60 ou 70 anos, iniciaram o uso dos agrotóxicos no máximo há 20 anos atrás. O que dizer dos que estão começando a pulverizar ainda na adolescência? Mais uma faceta de uma tragédia silenciosa.

Para estes adolescentes estar na lida nas lavouras permanentes, em todas as instâncias do trabalho, inclusive a pulverização, é dar conta de um ritual de inserção na vida adulta que os valoriza e se consolida, quando parte do lote é passada pelos mais velhos, para a sua responsabilidade. Os riscos compartilhados com os adultos, fortalecem a identificação com este lugar que anseiam ocupar, da mesma forma que os afastam da escola e das possibilidades de mudar sua própria história e o seu próprio trabalho na terra.

A saúde ocupacional então, se coloca como um evento historicamente trilhado pelos agricultores nas intempéries dos projetos desenvolvimentistas que assolam nosso país; evento trilhado socialmente em um processo produtivo compartilhado com seus pares e vinculado a um mercado e suas demandas; evento biologicamente demarcado pelas suas expressões de sofrimento e cronicidade; evento psicologicamente experienciado pelas palavras não ditas, pelas dores travestidas de coragem, pelo medo silenciado no cotidiano, pela irritação e pelo “nervoso” que afasta o outro quando mais dele precisa. Falam de si através de suas manifestações de saúde e de doença.

Defender-se dos riscos que são percebidos (mesmo que equivocadamente), nas situações em que estão em jogo atividades constitutivas de identidade e passaportes para

pertencimento a um grupo, como o são o trabalho e a saúde, onde estão em foco a valorização social / individual e a reprodução da vida e dos afetos, passa a ser estratégia de sobrevivência psicológica, da maior importância para a preservação da saúde mental, se é que podemos cindir a saúde ou o homem em algum momento.

Porém contraditoriamente, o preço desta alienação que garante uma situação basal de relativo conforto consigo mesmo e com o grupo, oportuniza a incidência de violências as mais diversas, em foco neste estudo, as doenças ocupacionais, particularmente, as intoxicações por substâncias tóxicas presentes no ofício cotidiano. Se tomarmos como referência os sintomas e sinais por eles relatados, mesmo que banalizados e minimizados, já remetem a uma “síndrome” em curso, onde os sintomas dermatológicos pela própria evidência inegável e incômodo que causam, são os mais enfatizados por eles, ao lado da dor de cabeça, da tontura e da agitação / nervoso. Os outros sintomas e sinais se confundem em uma tentativa de ao negligenciá-los, “magicamente” evitá-los na sua existência. Porém estes processos psicológicos se repetem em outras situações de risco individual / coletivo iminente.

O risco minimizado através das estratégias defensivas coletivas, em uma valorização da tarefa de onde emana o perigo, situando-se fora dele, criando grupos de inclusão / exclusão a partir do compartilhamento do papel de herói. De forma mítica, “não sentir nada”, “não reclamar dos sintomas” é garantir um *locus* de identificação, reconhecimento, afeto e o cumprimento de papéis cruelmente pré-estabelecidos. Os relatos dos sentimentos de exclusão que vem sendo vivenciados pelos agricultores que já estão doentes (no caso dos vinculados a este estudo, dois), ambos com evidentes manifestações psicológicas, vinculadas em uma primeira instância também e principalmente com a situação de intoxicação crônica, reforçam a tese de que quase tão aversivos quanto os sintomas é a perda do lugar que ocupam na comunidade e na família, tanto que fazem esforços enormes para serem inseridos, mesmo que com restrições, no espaço laboral novamente.

Assumir um risco que não é para eles muito claro nas suas conseqüências de morbidade e letalidade é mais ansiogênico do que abrir mão de espaços que confluem e se legitimam afetiva e culturalmente, preservando a auto-imagem e o conceito sobre si

mesmo. Se o risco pode ser negado porque a obviedade da consequência não é explicitada, o organismo nega a si mesmo na percepção do risco e se fala nas expressões de “rendição” diante do dito “inevitável”: o agricultor passa simbolicamente, novamente, a ser colonizado nas suas formas de viver o trabalho na lavoura.

No que não se re-apropria do processo de trabalho perdido na falta de controle sobre as pragas, sobre os custos, sobre a comercialização, expressa esta cisão nas eternas reclamações sobre a falta de ajuda governamental, sobre a violência no município, sobre a falta... a falta... a falta....em última análise, de controle sobre a própria vida.

Socializar-se em um complexo inter cruzamento de pessoas, instituições, práticas legitimadas socialmente em um determinado momento histórico, fatos vivenciados coletiva e individualmente, lugares, afetos, sonhos, doenças, enfim, tudo o que nos identifica e constitui, é destino da espécie humana, não temos outra escolha existencial, só nos desenvolvemos e reproduzimos no outro e a partir do outro. Neste processo de socialização que se forja continuamente, vamos aprendendo a ser homens e mulheres, aprendemos a ser trabalhadores, aprendemos a necessidade de pertencer a determinados grupos (mesmo que muitas vezes pertencer signifique violentar-se).

Nem vítimas nem algozes de si mesmos, os indivíduos presos em uma trama social tecida secularmente, a cada dia vivido se repetem / se transformam nas ações de manutenção e reprodução da vida, mesmo que em contínua desvantagem. Seres vivos que se multiplicam da terra contaminada e alterada nas suas funções vitais para milhares de organismos dos mais diversos graus de complexidade biológica, porém todos fundamentais para a preservação dos ecossistemas; a água contaminada nos seus lençóis freáticos, nos igarapés, nos rios, e os homens e mulheres no topo desta cadeia trófica se alimentando antropofagicamente do alimento que a tecnologia construída por eles conseguiu no “milagre da multiplicação as avessas”.

No tempo de espera da vida, que transcorre entre a última aplicação do agrotóxico e o consumo do alimento, se coloca a corda sobre o abismo, no qual qualquer um de nós e deles pode cair irremediavelmente ou vagorosamente, através do ato cotidiano de alimentar-se e sobreviver. Uma tragédia constatada e metaforicamente representada

pelo silêncio que cerca os agrotóxicos e a sua utilização. O que dizer, o que silenciar então do futuro?

A questão do uso indevido dos agrotóxicos e das intoxicações que dele advém, com suas ainda pouco estudadas conseqüências, é certamente uma questão de saúde pública da maior relevância, para os que produzem o alimento e para os que consomem o alimento, isto é, para a população como um todo. Porém, é uma questão silenciada, não reverberando no seu silêncio em nenhum espaço institucional de saúde pública. O Sistema Único de Saúde em nível municipal e estadual encontra-se completamente ausente de qualquer ação de prevenção, diagnóstico, tratamento e registro dos casos de intoxicação crônica por agrotóxicos. Nem no ementário dos cursos de formação dos profissionais de saúde esta questão é considerada como relevante. Silêncio sobre a doença...silêncio sobre a morte.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMARAL, C. M. L. **Agricultura y riesgo ambiental en las microcuencas del Cumaru y Caripi en la Amazonía Brasileña: efectos del uso de los agroquímicos**. Dissertação de Mestrado apresentada no Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza - CATIE. Costa Rica, 2002.

CARVALHO, V. R. V. C. **Relatório Final da Pesquisa: Organizações Camponesas, Estado e Mudanças Tecnológicas no Nordeste Paraense (O Caso de Igarapé Açu, décadas de 80 e 90)**. Belém: NAEA, 2000.

CASTRO, J. S. M. **Práticas de usos de agrotóxicos no município de Cachoeiras de Macacu: um estudo de saúde ambiental**. Dissertação de Mestrado. Niteroi, RJ: Mestrado em Ciencia Ambiental, Universidade Federal Fluminense, 1999.

FARIA, N. M. X; FACCHINI, L. FASSA, A. G. TOMASI E. **Processo de produção rural e saúde na Serra Gaúcha**. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro: ENSP / FIOCRUZ. 2000.

\_\_\_\_\_. **Estudo transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha**. **Revista de Saúde Pública**, 1999.

GOMES, A. A.; ROZEMBERG, B. Condições de vida e saúde mental. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**. Ano 20, N. 4. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2000.

KUBOTA, A. H. **Metodologia de indicadores de dose interna para avaliação em trabalhadores expostos a pesticidas organofosforados**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/ FIOCRUZ, 2000.

LEVIGARD, Y. E. **A interpretação dos profissionais de saúde acerca das queixas do nervoso no meio rural: uma aproximação ao problema das intoxicações por agrotóxicos**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2001.

MACHADO, J. M. H.; GOMEZ, C. M. Acidentes de trabalho: concepções e dados. In:

MEARNS, J.; DUNNZ, I.; LEES-HALEY, P. R. Psychological effects of organophosphate pesticides: a review and call for research by Psychologists. **Journal Clinic Psychology**, 1994.

OPAS/WHO. **Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde/OMS, 1996.

PERES, F. **É veneno ou remédio? Os desafios da comunicação rural sobre agrotóxicos**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 1999.

POSSAS, C. A.; TRAPÉ, A Z. (1998). **Saúde e trabalho no campo: da questão agrária à política previdenciária**. Cadernos do Internato Rural., 1998.

ROZEMBERG, B. O consumo de calmantes e o “problema de nervos” entre Lavradores. In: **Revista de Saúde Pública** Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 28 (4), 1994.

WHO. (1990). **Public Health Impact of Pesticides Used in Agriculture**. Geneve: The world Health Organization, 1990.

